Porto do Açu Operações S.A.

(Companhia Fechada)

Informações financeiras intermediárias em 31 de março de 2019

KPDS 486829

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias **3**

Balanços patrimoniais **5**

Demonstrações dos resultados **7**

Demonstrações dos resultados abrangentes **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa **10**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias **12**

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Porto do Açu Operações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução
Revisamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da Porto do Açu Operações S.A. ("Companhia") em 31 de março de 2019, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e com a IAS 34 emitida pelo IASB.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Porto do Açu Operações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/03/2019**	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	68.975	56.142	70.549	62.774
Títulos e valores mobiliários	6	31.809	6.649	41.569	11.317
Depósitos bancários vinculados	7	63	50	91	70
Clientes	8	27.969	27.146	38.403	36.397
Outros valores a receber	20	6.545	8.441	6.481	8.409
Impostos a recuperar	9	12.342	16.695	13.080	17.405
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	-	-	291	1.328
Créditos com terceiros	14	186	170	186	170
Outros		4.690	2.392	3.962	1.673
Total do ativo circulante		**152.579**	**117.685**	**174.612**	**139.543**
Não circulante					
Depósitos bancários vinculados	7	4.192	4.717	4.192	4.717
Clientes	8	54.712	55.379	54.712	55.379
Créditos a receber	20	546.416	531.951	546.416	531.951
Debêntures	13	659.393	659.393	659.393	659.393
Créditos com terceiros	14	80.031	80.031	80.031	80.031
Depósitos restituíveis	11	18.332	18.175	18.332	18.175
Depósitos judiciais	12	24.711	24.598	24.711	24.598
Impostos a recuperar	9	2.742	2.603	2.742	2.603
Impostos diferidos	10	38.337	38.337	38.375	38.368
Investimentos em controladas	15	112.343	110.705	-	-
Propriedade para investimento	16	476.313	475.086	556.444	554.950
Imobilizado	17	3.017.426	3.032.334	3.028.058	3.042.878
Intangíveis	18	4.166	4.084	4.259	4.176
Direito de uso	19	2.755	-	2.755	-
Total do ativo não circulante		**5.041.869**	**5.037.393**	**5.020.420**	**5.017.219**
Total do ativo		**5.194.448**	**5.155.078**	**5.195.032**	**5.156.762**

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Porto do Açu Operações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		23.742	32.878	24.034	33.108
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	482.606	304.878	482.606	304.878
Passivos de arrendamento	19	1.073	-	1.073	-
Salários e encargos a pagar		20.421	16.255	20.547	16.358
Outras contas a pagar	20	6.551	6.620	5.615	5.802
Adiantamento de clientes	23	2.362	2.362	2.363	2.363
Impostos e contribuições a recolher	22	1.353	2.065	1.395	2.139
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	402	1.436
Outros		27	77	29	80
Total do passivo circulante		**538.135**	**365.135**	**538.064**	**366.164**
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	4.368.623	4.404.885	4.368.623	4.404.885
Passivos de arrendamento	19	1.682	-	1.682	-
Obrigações com terceiros	14	19.880	19.880	19.880	19.880
Outros passivos financeiros	20	509.580	509.580	509.580	509.580
Adiantamento de clientes	23	21.669	22.260	21.669	22.260
Provisão para contingências	24	8.725	8.750	8.725	8.750
Outros		-	-	484	484
Total do passivo não circulante		**4.930.159**	**4.965.355**	**4.930.643**	**4.965.839**
Patrimônio líquido	25				
Capital social		2.085.348	2.061.053	2.085.348	2.061.053
Reservas de capital		21.616	9.558	21.616	9.558
Prejuízos acumulados		(2.380.810)	(2.246.023)	(2.380.810)	(2.246.023)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**(273.846)**	**(175.412)**	**(273.846)**	**(175.412)**
Participação de acionistas não controladores		-	-	171	171
Total do patrimônio líquido		**(273.846)**	**(175.412)**	**(273.675)**	**(175.241)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.194.448**	**5.155.078**	**5.195.032**	**5.156.762**

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Porto do Açu Operações S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/03/2019**	**31/03/2018**	**31/03/2019**	**31/03/2018**
Receita líquida de prestação de serviços	26	45.314	76.175	46.550	77.754
Custo dos serviços prestados	27	(38.475)	(69.667)	(38.578)	(69.780)
Lucro bruto		**6.839**	**6.508**	**7.972**	**7.974**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	28	(18.789)	(12.504)	(17.338)	(11.103)
Reversão provisão ao valor recuperável de ativos ("*impairment*")	1, 17 e 18	1.517	1.517	-	-
Reversão da provisão para perda - depósitos restituíveis	11	3.879	-	3.879	-
(Provisão) reversão para perda sobre recebíveis	6,7 e 8	49	(661)	42	(689)
Outras receitas		524	218	524	218
Outras despesas		(1.283)	(157)	(1.283)	(157)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		**(7.264)**	**(5.079)**	**(6.204)**	**(3.757)**
Receitas financeiras		15.968	13.501	16.138	13.665
Despesas financeiras		(144.315)	(126.780)	(144.325)	(126.783)
Resultado financeiro	29	**(128.347)**	**(113.279)**	**(128.187)**	**(113.118)**
Resultado de equivalência patrimonial	15	824	1.008	-	-
Resultado antes dos impostos		**(134.787)**	**(117.350)**	**(134.391)**	**(116.875)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	(402)	(483)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	6	9
Prejuízo do período		**(134.787)**	**(117.350)**	**(134.787)**	**(117.349)**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(134.787)	(117.350)	(134.787)	(117.350)
Acionistas não controladores		-	-	-	1
Resultado por ação		(0,4922)	(0,6690)	(0,4925)	(0,6696)

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Porto do Açu Operações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/03/2018**	**31/03/2019**	**31/03/2018**
Prejuízo do período	(134.787)	(117.350)	(134.787)	(117.349)
Total dos resultados abrangentes do período	**(134.787)**	**(117.350)**	**(134.787)**	**(117.349)**
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(134.787)	(117.350)	(134.787)	(117.350)
Acionistas não controladores	-	-	-	1

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Porto do Açu Operações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Consolidado	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva de Capital	Opções de ações outorgadas	Variação percentual na participação de investidas	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2018	**2.036.821**	**-**	**-**	**1.324**	**107**	**(1.705.489)**	**332.763**	**167**	**332.930**
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(117.350)	**(117.350)**	1	**(117.349)**
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	-	34	-	-	**34**	-	**34**
Aumento de capital cfe AGE 15/02/2018	24.232	-	-	-	-	-	**24.232**	-	**24.232**
Reserva de capital cfe AGE 15/02/2018	-	-	8.081	-	-	-	**8.081**	-	**8.081**
Saldo em 31 de março de 2018	**2.061.053**	**-**	**8.081**	**1.358**	**107**	**(1.822.839)**	**247.760**	**168**	**247.928**
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(423.184)	**(423.184)**	3	**(423.181)**
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	-	12	-	-	**12**	-	**12**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**2.061.053**	**-**	**8.081**	**1.370**	**107**	**(2.246.023)**	**(175.412)**	**171**	**(175.241)**
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(134.787)	**(134.787)**	-	**(134.787)**
Aumento de capital cfe AGE 08/02/2019	24.295	-	-	-	-	-	**24.295**	-	**24.295**
Reserva de capital cfe AGE 08/02/2019	-	-	12.058	-	-	-	**12.058**	-	**12.058**
Saldo em 31 de março de 2019	**2.085.348**	**-**	**20.139**	**1.370**	**107**	**(2.380.810)**	**(273.846)**	**171**	**(273.675)**

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Porto do Açu Operações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/03/2018**	**31/03/2019**	**31/03/2018**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(134.787)	(117.350)	(134.391)	(116.875)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	29.061	28.457	27.548	26.941
Amortização direito de uso	250	-	250	-
Baixa do imobilizado	-	118	-	118
Resultado de equivalência patrimonial	(824)	(1.008)	-	-
Variação cambial, monetária e juros	123.881	108.452	123.881	108.453
Amortização do custo de transação	4.476	4.382	4.476	4.382
Reversão da provisão para *impairment*	(1.517)	(1.517)	-	-
Provisão (reversão da provisão) para perdas de depósitos restituíveis	(3.879)	-	(3.879)	-
Provisão (reversão da provisão) para perdas sobre recebíveis	(49)	661	(42)	689
Provisão (reversão) de fornecedores	(6.264)	-	(6.215)	-
Provisão (reversão da provisão) para bônus	3.643	(2.063)	3.656	(2.063)
Provisão (reversão) para contingências	(25)	129	(25)	129
Plano de opção de compra de ação	-	34	-	34
	13.966	**20.295**	**15.259**	**21.808**
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Clientes	(102)	(4.682)	(1.297)	(6.282)
Impostos a recuperar	4.214	4.441	4.186	4.391
IR e CSLL a recuperar	-	-	1.037	975
Adiantamentos diversos	-	47	-	47
Depósitos bancários vinculados	512	727	504	706
Depósitos restituíveis	3.827	204	3.827	204
Contas a receber com partes relacionadas	1.896	(350)	1.928	(312)
Despesas antecipadas	(2.758)	(4.078)	(2.752)	(4.078)
Outros valores a receber	430	(17)	446	-
Créditos com terceiros	(16)	(122)	(16)	(122)
Fornecedores	1.041	(5.361)	1.052	(6.061)
Impostos e contribuições a recolher	(712)	424	(2.181)	(671)
Salários e encargos a pagar	877	4.702	887	4.721
Contas a pagar com partes relacionadas	(69)	2.377	(187)	2.342
Adiantamento de clientes	(591)	(588)	(591)	(690)
Outras obrigações	(51)	(506)	(57)	(506)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**22.464**	**17.513**	**22.045**	**16.472**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(16.888)	(14.939)	(16.981)	(14.958)
Aquisição de bens intangíveis	(91)	(9)	(92)	(101)
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	(814)	-	-	-
Aumento de capital em controlada	-	(1.218)	-	-
Títulos e valores mobiliários	(25.160)	275	(30.252)	242
Propriedade para investimento	(1.227)	(1.058)	(1.494)	(1.144)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(44.180)**	**(16.949)**	**(48.819)**	**(15.961)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	24.295	24.232	24.295	24.232
Aumento de reserva de capital	12.058	8.081	12.058	8.081

Porto do Açu Operações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/03/2018**	**31/03/2019**	**31/03/2018**
Empréstimos liquidados com terceiros	(1.172)	(1.121)	(1.172)	(1.121)
Custos de transação	(255)	(442)	(255)	(442)
Juros pagos	(127)	(138)	(127)	(138)
Pagamento de passivo de arrendamento	(250)	-	(250)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**34.549**	**30.612**	**34.549**	**30.612**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**12.833**	**31.176**	**7.775**	**31.123**
Caixa e equivalentes no início do período	56.142	12.480	62.774	20.665
Caixa e equivalentes no fim do período	68.975	43.656	70.549	51.788
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**12.833**	**31.176**	**7.775**	**31.123**

As notas explicativas são parte integrante das Informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Porto do Açu Operações S.A. ("Porto do Açu" ou "Companhia"), anteriormente denominada LLX Açu Operações Portuárias S.A., situada à rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário, por meio do Porto do Açu, que está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Trata-se de um Porto privativo de uso misto desenvolvido no conceito de porto-indústria e está em operação desde outubro de 2014 e conta atualmente com profundidades entre 10 e 25 metros. O Porto do Açu possui um Terminal *Offshore* (T1) e um Terminal *Onshore* (T2), que juntos podem totalizar 17 km de cais, com capacidade de receber navios de grande porte como *Capesize* e *Very Large Crude Carriers* ("VLCCs"). A Companhia é uma subsidiária controlada por Prumo Logística S.A. ("Prumo").

A Porto do Açu conta com uma área de aproximadamente 9 mil hectares, destinada ao complexo industrial, tendo além disso, construido um canal *onshore* de 300 metros de largura e 6,5 quilômetros de extensão com profundidade de até 14,5 metros, no qual foi implantado um terminal para movimentação de cargas diversas. A empresa atualmente está dividida em duas linhas de negócio: (i) aluguel de áreas, que conta com clientes como National Oilwell Varco ("NOV"), Technip, Wärtsilä, InterMoor, Edison Chouest e BP Prumo, já instalados e em operação, e (ii) terminal multicargas ("*T-Mult*"), operado pela própria empresa, que tem como principais clientes: (i) Votorantim Metais, com a prestação de serviços de movimentação de bauxita, carvão e coque e (ii) Gerdau Açominas ("Gerdau") com atividades de descarga e transporte rodoviário de carvão siderúrgico, além de alugar parte do cais para atracação de sondas da indústria de petróleo.

Localizado no Terminal Onshore do empreendimento, que foi desenvolvido no entorno de um canal com 300 metros de largura, 6,5 quilômetros de extensão e profundidade de até 14,5 metros, o *T-Mult* está equipado para movimentar diversos tipos de cargas, como granéis sólidos e cargas em geral.

A Porto do Açu iniciou em 2011 a sua atividade de arrendamento de retroárea e, em novembro de 2014, iniciou também suas operações portuárias no canal do terminal T2.

Port of Antwerp

Em 15 de fevereiro de 2018, A Porto do Açu comunicou que foram cumpridas todas as condições precedentes previstas para a formação da parceria entre a Companhia e a Port of Antwerp International NV ("PAI"), uma subsidiária do Porto de Antuérpia, implementada através da celebração de 3 (três) contratos: (i) Contrato de Consultoria pelo prazo de 10 anos e preço total de USD 7.800 (sete milhões e oitocentos mil dólares), adicionalmente a PAI indicou um total de até 4 (quatro) executivos expatriados para integrar a equipe da Porto do Açu em seu desenvolvimento comercial e operacional, (ii) Contrato de Investimento onde a PAI, através de uma subsidiária, subscreveu novas ações correspondentes a uma participação de 1,18% do capital social da Porto do Açu, pelo valor total de R$24.232, acrescido de R$8.081 destinados à

conta de reserva de capital; (iii) Acordo de Acionistas ("Acordos Definitivos") onde a PAI indicou um membro para o Conselho de Administração da Porto do Açu.

Em 8 de fevereiro de 2019, a PAI subscreveu novas ações correspondentes a uma participação de 1,15% do capital social da Porto do Açu, pelo valor total de R$24.295 acrescido de R$12.058 destinados à conta de reserva de capital.

Construção termelétrica

Em 3 de maio de 2018, foi assinado entre a Porto do Açu e a empresa Gás Natural ("GNA"), subsidiária da empresa Prumo, um contrato de aluguel de terreno localizado no Terminal T2 que mede aproximadamente 378.000 m², por um período de 23 anos renováveis por mais 25 anos, para implantação da primeira usina termelétrica no Complexo Industrial do Porto do Açu, com direito de expansão de área de aproximadamente 426.000 m² para implantação de uma segunda termelétrica e de potenciais futuros projetos termelétricos até o limite de capacidade de geração de energia licenciada pela GNA, que corresponde a 6.400 MW. Foi acordado que a GNA poderá utilizar o molhe norte, a fim de desenvolver projeto de terminal de regaseificação de gás natural liquefeito, cuja capacidade inicial será suficiente para atender as demandas de suprimento de gás natural das usinas termelétricas que serão construídas pela GNA através de suas subsidiárias.

O prazo de 23 anos, estabelecido em contrato dará início conforme data estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para início das operações comerciais da usina termelétrica a ser desenvolvivda pela GNA e os pagamentos decorrentes de cessão onerosa de superfície serão devidos à Porto do Açu a partir deste momento.

Com a assinatura do contrato de aluguel de área e o início da operação das térmicas previsto para 2021 e 2023, respectivamente, o Porto do Açu contará com geração de energia através de termelétricas, totalizando 2.911 MW de capacidade instalada. Este projeto de desenvolvimento chamado "Açu Gas Hub" será um dos principais vetores de crescimento do Complexo Industrial do Porto do Açu, devendo atrair outros novos empreendimentos de grande porte para a área.

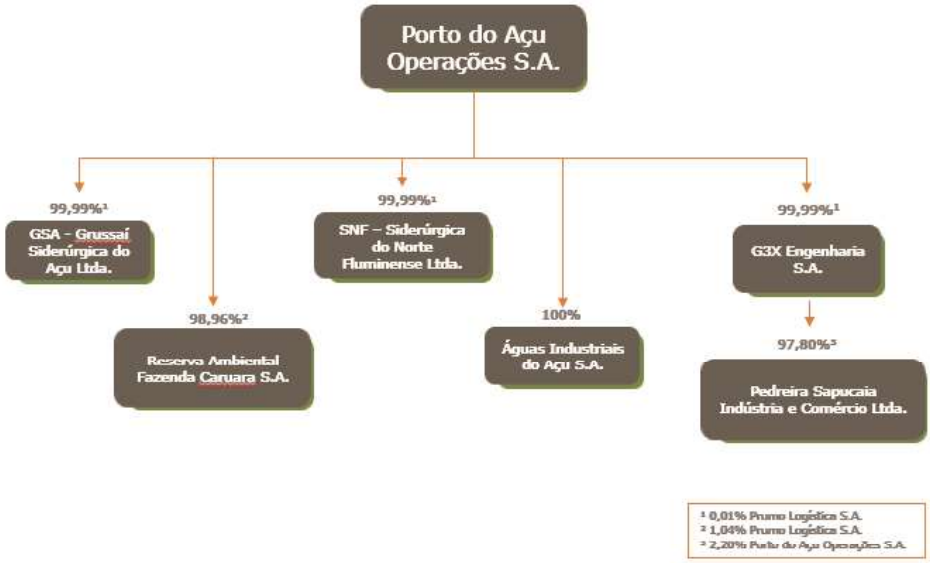
2 Licenças e autorizações

Novas Licenças ou autorizações obtidas no 1º trimestre de 2019:

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Reserva Ambiental	Autoriza a realização de soltura de todos os animais capturados, imediatamente após a coleta de dados, no mesmo local de captura e aproveitamento cientifico de todos os animais encontrados mortos ou que vierem a óbito durante as atividades de levantamento de fauna, devendo estes ser encaminhados para a instituição de pesquisa depositária.	CA nº AA nº IN003190	05/04/2019	05/04/2021
Ponto de Abastecimento	Licença concedida autorizando a localização, instalação e operação de um ponto de abastecimento de máquinas e veículos automotores, possuindo 03 tanques aéreos com capacidade de 30m³ cada.	LAS nº IN046935	29/10/2018	29/10/2023

3 Empresas do grupo

		Participação acionária	
	País	**31/03/2019**	**31/12/2018**
Controladas diretas:			
G3X Engenharia Ltda. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
Águas Industriais do Açu S.A. ("Águas Industriais", antiga EBN)	Brasil	100,00%	100,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açu S.A. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	98,96%	98,96%
Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%
Controladas indiretas:			
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,80%	97,80%
Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado LLX 63	Brasil	99,99%	99,99%



4 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As Informações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As Informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da Companhia, portanto, estas Informações financeiras intermediárias individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e a amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecido no resultado do período da Companhia. No entanto, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17 -

Imobilizado, não observa-se diferença no patrimônio líquido da controladora e consolidado devido a Companhia ter reconhecido perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) em exercícios anteriores na UGC *Industrial Hub T-Mul*t, consequentemente a Companhia vem efetuando reversão dessa perda na mesma proporção da amortização.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das Informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2019, em 14 de maio de 2019. Desta forma, estas Informações financeiras intermediárias consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

As principais políticas contábeis descritas nos itens abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas Informações financeiras intermediárias pelas entidades controladas pela Companhia.

b. Base de preparação

As Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros, que foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

c. Continuidade operacional

Em 31 de março de 2019, a Sociedade apresentou prejuízo consolidado de R$134.787 (R$117.349 em 31 de março de 2018), capital circulante consolidado negativo de R$363.452 (negativo em R$226.621 em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio líquido consolidado negativo em R$273.675 (negativo em R$175.241 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia possui fluxo de caixa projetado para os próximos de 22 anos, uma vez que a maioria dos contratos existentes e previstos são de longo prazo, o que garante para empresa segurança sobre seus resultados futuros

As estratégias financeiras previstas e em andamento para curto prazo são as seguintes:

- Negociar com BNDES, Bradesco e Santander a postergação do vencimento das parcelas dos empréstimos descritos na nota explicativa n° 21 e discutir melhores condições que fortaleçam o fluxo de caixa da companhia no curto prazo; e

- Buscar novas formas de obtenção de recursos para prosseguimento dos planos de negócios da Companhia.

Com base no plano de negócios aprovado pela administração, não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 26:** Reconhecimento de receita: se a receita de prestação de serviço portuário é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Nota explicativa 18:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

- **Nota explicativa 24:** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 16:** Propriedade para investimento;
- **Nota explicativa 32:** Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos; e

5 Políticas contábeis

Na elaboração destas Informações financeiras intermediárias referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, as políticas contábeis adotadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018. Estas Informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitidas em 22 de março de 2019.

a. Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

As normas e interpretações emitidas pelo IASB relevantes para a Companhia que ainda não estão em vigor são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não resultarão impacto às demonstrações financeiras da Companhia, exceto pelas mudanças no IFRS 16 divulgadas no item (b) desta nota explicativa.

b. Mudanças em políticas contábeis significativas

CPC 06 / IFRS 16 Arrendamentos

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17, IFRIC 4 , SIC-15 e SIC-27. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Praticas contábeis

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixou de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passou a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira dos contratos de arrendamento mercantil.

A Companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos), sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Transição

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 16, para fins de adoção inicial a Companhia adotou o método de abordagem retrospectiva modificada ou cumulativa, sem atualização das informações comparativas de períodos anteriores, bem como aplicará os seguintes expedientes:

- Aplicará o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento conforme Nota explicativa 19 ;

- O passivo de arrendamento será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da aplicação inicial;

  O ativo de direito de uso é reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento são mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre empréstimos da Companhia na data de adoção inicial, determinadas principalmente pelas taxas de captação corporativa, ajustadas por prazo, moeda, ambiente econômico do país de operação da arrendatária e efeitos de garantias similares.

Atualmente, a taxa incremental aplicável à maioria dos arrendamentos é de 10,60%.

Como arrendador

As políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador não diferem daquelas do CPC 06 / IAS 37.

A Companhia não é obrigada, a fazer nenhum ajuste na transição para o CPC 06 / IFRS 16 para arrendamentos nos quais atua como arrendador.

Apresentação
Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, representado principalmente pelo ativo subjacente: Imóvel. Os passivos de arrendamento serão apresentados no passivo circulante e não circulante.

Nesse sentido, as mudanças trazidas pelo IFRS 16 quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de arrendamentos mercantis ocasionaram, em sua adoção inicial, aumento de aproximadamente R$2.755. Em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento, tais mudanças não impactaram o Patrimônio líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2019.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que antes eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais após a norma estão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento. Contudo, essa alteração não gerará impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

Outras questões relevantes
Adicionalmente, a adoção desse pronunciamento não ocasionou alterações nas práticas de negócio da Companhia e não houve a necessidade de renegociação de cláusulas restritivas (covenants) existentes nos contratos de financiamentos, pois o aumento do passivo não alterou os índices requeridos em cláusulas restritivas.

6 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
Caixa e bancos	14.824	1.299	15.021	1.435
Equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	5.325	12.819	5.324	18.112
CDBs	48.832	42.027	50.210	43.231
	54.157	**54.846**	**55.534**	**61.343**
Provisão de perdas estimadas	(6)	(3)	(6)	(4)
	68.975	**56.142**	**70.549**	**62.774**

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Os fundos de investimentos têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição. Aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

b. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
Títulos públicos	31.813	6.652	41.573	11.320
Provisão de perdas estimadas	(4)	(3)	(4)	(3)
	31.809	**6.649**	**41.569**	**11.317**

Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos através do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

7 Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**
Porto do Açu (*)	4.255	4.768
GSA	28	20
	4.283	**4.788**
Provisão de perdas estimadas	**-**	(1)
	4.283	**4.787**
Circulante	91	70
Não circulante	4.192	4.717

(*) Depósito de recursos no Banco Santander realizados pela Porto do Açu que consistem em obrigação de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação n. IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014.

8 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
Cessão do direito real de superfície (Partes relacionadas - Nota 20)	989	989	989	989
Serviços portuários (Partes relacionadas - Nota 20)	51	-	51	-
Cessão do direito real de superfície (a)	68.183	69.956	68.183	69.956
Serviços portuários (b)	13.352	7.301	13.352	7.301
Serviço de transporte de cargas (c)	913	3.990	913	3.990
Comissão sobre faturamento de terceiros	-	1.148	-	1.148
Fornecimento de água	-	-	10.491	9.302
	83.488	**83.384**	**93.979**	**92.686**
Provisão de perdas estimadas	(807)	(859)	(864)	(910)
	82.681	**82.525**	**93.115**	**91.776**
Circulante	27.969	27.146	38.403	36.397
Não circulante	54.712	55.379	54.712	55.379

O saldo a receber refere-se a:

(a) Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Açu relativo aos clientes: Technip, Wärtsilä, NOV, Intermoor, Edison Chouest, Embratel, Acciona, NFX e outros;

(b) Serviços portuários compreendem armazenagem de cargas soltas, cargas de projetos de granéis sólidos, pesagem e serviço de recepção; e

(c) Serviços de transportes com atividades de descarga e transporte de carvão siderúrgico.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
Imposto sobre serviços ("ISS")	582	552	582	552
Imposto sobre circulação mercadorias ("ICMS")	2.001	2.098	2.001	2.098
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	833	598	1.563	1.301
Programa de integração social ("PIS")	2.463	3.216	2.464	3.216
Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS")	9.118	12.747	9.118	12.747
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	-	291	1.328
Outros	87	87	94	94
	15.084	**19.298**	**16.113**	**21.336**
Circulante	12.342	16.695	13.371	18.733
Não circulante	2.742	2.603	2.742	2.603

10 Impostos diferidos

A Companhia e suas controladas registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto que as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	492.931	458.279	493.296	458.650
Base negativa de contribuição social	177.456	164.980	177.586	165.114
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	46.168	48.598	46.202	48.633
Provisão para gratificação/bônus	3.965	3.184	3.982	3.198
Provisão para perdas estimadas	278	294	298	312
Provisão para devedores duvidosos	15.492	15.492	15.492	15.492
Provisão contingências	2.966	2.975	2.966	2.975
Provisão outras taxas	2.666	2.666	2.666	2.666
Provisão para perda em investimentos	37.851	45.883	44.967	53.000
Outros	4	4	4	4
Total de créditos fiscais diferidos ativos	**779.777**	**742.355**	**787.459**	**750.044**
Provisão para realização				
IR diferido não reconhecido - *valuation allowance (b)*	(700.451)	(661.548)	(708.095)	(669.206)
Total de impostos diferidos ativos	**79.326**	**80.807**	**79.364**	**80.838**
Diferença temporária - juros capitalizados	(40.989)	(42.470)	(40.989)	(42.470)
Total de impostos diferidos	**38.337**	**38.337**	**38.375**	**38.368**

(a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.

(b) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, além da controladora, proveniente das controladas G3X, GSA e SNF em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2017, a controladora Porto do Açu passou a constituir provisão para perda de créditos fiscais referente ao imposto diferido apurado a partir desta data e, até 31 de dezembro de 2018, constituiu uma provisão para perda adicional no montante de R$653.516 referente a créditos não reconhecidos no exercício. Para o período findo em 31 de março de 2019, foi constituído uma perda de créditos no montante de R$46.935. Esta provisão será revertida na medida em que a sua realização for provável, mediante estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do ativo fiscal em um período de 10 anos.

11 Depósitos restituíveis

	31/12/2018	**Baixas (Recebimentos)**	**Reversão da Provisão p/ perda**	**Atualização monetária**	**31/03/2019**
Porto do Açu	18.175	(3.956)	3.879	234	18.332
	18.175	**(3.956)**	**3.879**	**234**	**18.332**

A partir de julho de 2011, a Porto do Açu passou a adquirir dos proprietários e/ou possuidores de imóveis desapropriados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro ("CODIN") os direitos sobre as áreas por eles ocupadas. O objetivo é auxiliar os ocupantes que concordam com os valores de avaliação da CODIN a receberem suas indenizações, tendo em vista a precariedade da documentação da maioria. Em razão do grande número de interessados que se apresentaram, as aquisições tiveram como consequência a aceleração na desocupação de áreas destinadas ao Distrito Industrial de São João da Barra em geral, inclusive aquelas que são objeto da Promessa de Compra e Venda da Companhia com a CODIN.

Em 27 de março de 2019, a Porto do Açu recuperou o montante de R$3.956 depositado em juízo em virtude do cumprimento dos requisitos legais em dois processos envolvendo terrenos adquiridos pela Companhia no âmbito do mencionado programa.

O recebimento pela Companhia das indenizações pela CODIN nas ações de desapropriação somente ocorre quando da regularização do título de propriedade e da comprovação da quitação de dívidas fiscais com relação a cada imóvel, nos termos do art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1.941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

É importante ressaltar que são inúmeras as variáveis que influenciam na viabilidade de regularização dos referidos títulos de propriedade e da situação fiscal dos imóveis. Nesse sentido, tendo em vista o decurso do tempo entre as aquisições e o presente momento, observa-se um aumento na resistência dos vendedores ou seus sucessores em colaborar com o processo de regularização, inclusive com a recusa no fornecimento de documentos essenciais. Essa situação, somada à necessidade de judicialização de alguns casos, tornou indispensável a revisão da provisão de perda para que englobasse situações que possuem um processo de regularização mais complexo. Em 31 de março de 2019, a Companhia estima que o montante de R$63.030 são casos considerados remotos de recebimento entre valor de principal e atualização dos depósitos e mantem constituída provisão para perda nesse montante.

12 Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2018:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**
Porto do Açu	24.711	24.598
	24.711	**24.598**

Em 2 de dezembro de 2010, a Porto do Açu depositou em juízo o valor de R$8.000, para a futura aquisição do imóvel denominado Fazenda Palacete, de propriedade da Cia. Açucareira Usina Barcelos ("CAUB"), pois estava com pedido de recuperação judicial pendente de apreciação. O juiz determinou nova avaliação do imóvel, e requereu novo depósito adicional de R$1.172, integralmente efetuado em 18 de setembro de 2012. O alvará judicial autorizando a venda foi expedido em setembro de 2012. Em 31 de março de 2019, o valor corrigido totaliza R$15.132 (R$15.130 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2013, a Porto do Açu ingressou com ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas, nos termos do "Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas," celebrado em 6 de outubro de 2010 ("Contrato"). Na referida ação, a Porto do Açu obteve a concessão de medida liminar autorizando o depósito judicial da remuneração estabelecida no Contrato. Neste contexto, os depósitos judiciais efetuados em nome da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, em 31 de dezembro de 2015, totalizaram R$7.614. A ação judicial que discute o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas ainda está pendente de julgamento e os valores permanecem depositados em juízo. Em 31 de março de 2019, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza R$9.454 (R$9.364 em 31 de dezembro de 2018). O montante de R$125 (R$104 em 31 de dezembro de 2018) referem-se a outros processos.

13 Debêntures

a. Debêntures OSX

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**
Debêntures	659.393	659.393
DIP	10.961	10.961
Total	**670.354**	**670.354**
(-) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")	(10.961)	(10.961)
Total	**659.393**	**659.393**

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. ("OSX"), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juíz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açu subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R$723.716 nas seguintes condições:

- **Data de vencimento:** 20 anos
- **Amortização do Principal:** em uma única parcela, na data do vencimento
- **Cálculo dos juros remuneratórios:** 100% do CDI
- **Pagamento dos juros:** a partir do 6º ano

Adicionalmente, nos termos do referido plano de recuperação judicial, a Porto do Açu concedeu para a OSX o valor de R$10.961 na forma de empréstimo ("DIP"), em 29 de janeiro de 2016. Este valor também foi utilizado para subscrição e integralização de debêntures emitidas pela OSX.

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é de R$734.677, sendo composto por: (i) R$646.886 relativos aos custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R$10.961 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R$12.507 relativos à linha de

transmissão; (iv) R$34.580 referentes à cessão do direito real de superfície, cujo saldo até julho de 2014 foi provisionado para perda; e (v) R$29.743, devidos a partir de agosto de 2014, não contabilizados por não atender os critérios de reconhecimento de receita, no que tange à improbabilidade de benefícios econômicos associados a essa transação.

Caso, eventualmente, a OSX não honre o acordo, o montante de R$646.886 de custos de construção do canal será agregado ao custo de construção do Terminal T2 e os R$12.507 da linha de transmissão serão agregados a propriedades para investimento e deverão ser futuramente recuperados por meio das respectivas operações. Conforme divulgado na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado, estes valores foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total do crédito e de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a Administração entende que não é adequado o reconhecimento contábil dos juros remuneratórios das debêntures, no montante aproximado de R$349.713 até 31 de março de 2019 (R$315.808 em 31 de dezembro de 2018), bem como constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R$10.961 relativos ao empréstimo DIP.

14 Créditos e obrigações com terceiros

a. Créditos com terceiros

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**
Créditos com OSX	83.218	83.218
(-) Provisão para perda estimada	(3.203)	(3.203)
Créditos com OSX (*)	80.015	80.015
Outros	202	186
	80.217	**80.201**
Circulante	186	170
Não circulante	80.031	80.031

(*) Este montante é composto por: (i) R$64.668 referente a custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R$10.000 adiantamento de aluguel da área utilizada pela Dome pago à OSX; (iii) R$8.550 retenção contratual de fornecedores faturados contra OSX e liquidados pela Porto do Açu; e (iv) R$(3.203) de provisão para perdas referente a despesas de compartilhamento de custos de sustentabilidade.

Após o acordo judicial mencionado na nota anterior, a Porto do Açu ainda pagou diretamente aos fornecedores os custos relacionados à construção do canal do T2. Dessa forma, no caso da OSX não honrar essa dívida apenas o valor de R$64.668 será agregado ao custo de construção do T2 e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações portuárias. Conforme divulgado na Nota explicativa 17 - Imobilizado, os créditos com a OSX foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

b. Obrigações com terceiros

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem obrigações com a OSX no montante de R$19.880.

15 Investimentos

a. Participações societárias

	31 de março de 2019										
Controladas diretas	**%**	**Quantidade ações/ quotas (mil)**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Capital social**	**Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC**	**Reserva legal**	**Dividendos adicionais propostos**	**Ganho/perda na variação percentual**	**Prejuízo acumulado**
GSA	99,99%	40.223	40.198	37	40.161	40.223	-	95	-	-	(157)
Reserva Ambiental Caruara	98,96%	17.302	17.979	174	17.805	17.302	-	229	264	-	10
G3X	99,99%	38.638	156	14	142	38.638	-	-	-	94	(38.590)
Águas Industriais	100,00%	8.432	13.386	1.379	12.007	8.432	678	237	1.939	-	721
SNF	99,99%	43.955	43.262	60	43.202	43.955	106	-	-	-	(859)

	31 de dezembro de 2018										
Controladas diretas	**%**	**Quantidade ações/ quotas (mil)**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Capital social**	**Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC**	**Reserva legal**	**Dividendos adicionais propostos**	**Ganho/perda na variação percentual**	**Prejuízo acumulado**
GSA	99,99%	40.223	40.103	37	40.066	40.223	-	95	-	-	(252)
Reserva Ambiental Caruara	98,96%	17.302	17.910	115	17.795	17.302	-	229	264	-	-
G3X	99,99%	38.638	158	15	143	38.638	-	-	-	94	(38.589)
Águas Industriais	100,00%	8.432	12.972	2.364	10.608	8.432	237	1.939	-	-	-
SNF	99,99%	43.955	43.150	53	43.097	43.955	-	-	-	-	(858)

Movimentações - Controladora

Controladas diretas e indiretas	31/12/2018	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	31/03/2019
GSA	40.062	-	-	-	-	95	40.157
Reserva Ambiental Caruara	17.626	-	-	-	-	10	17.636
G3X	(693)	-	-	-	-	(1)	(694)
Águas Industriais	10.608	-	678	-	-	721	12.007
SNF	43.097	-	106	-	-	(1)	43.202
Outros	5	-	30	-	-	-	35
	110.705	**-**	**814**	**-**	**-**	**824**	**112.343**

Controladas diretas e indiretas	31/12/2017	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	31/12/2018
GSA	39.624	345	-	-	-	93	40.062
Reserva Ambiental Caruara	17.185	647	-	-	(574)	368	17.626
G3X	(658)	56	-	63	-	(154)	(693)
Águas Industriais	3.802	6.178	-	-	(2.092)	2.720	10.608
SNF	42.541	649	-	-	-	(93)	43.097
Outros	3	65	-	(63)	-	-	5
	102.497	**7.940**	**-**	**-**	**(2.666)**	**2.934**	**110.705**

16 Propriedades para investimento

	Consolidado			
	31/12/2018	**Adições**	**Baixas**	**31/03/2019**
Porto do Açu	475.086	1.227	-	476.313
GSA	31.695	111	-	31.806
Reserva Ambiental Caruara	5.244	45	-	5.289
SNF	42.925	111	-	43.036
	554.950	**1.494**	**-**	**556.444**

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açu. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras.

A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - *Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de março de 2019 a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R$1.194.463 equivalente a *1,7MM m²* da área total (R$1.181.075 em 31 de dezembro de 2018). Para os não arrendados a Companhia calculou o valor justo em R$3.172.403 (R$ 3.083.794 em 31 de dezembro de 2018).

17 Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
Porto do Açu	3.017.426	3.032.334	3.016.591	3.031.503
Reserva Ambiental Caruara	-	-	9.241	9.241
Pedreira Sapucaia	-	-	461	461
Águas Industriais	-	-	1.765	1.673
	3.017.426	**3.032.334**	**3.028.058**	**3.042.878**

	Consolidado						
	Instalações portuárias	**Terrenos**	**Edificações , benfeitorias e instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Obras em andamento**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31/12/2018	**2.572.665**	**78.658**	**172.266**	**106.335**	**105.405**	**7.549**	**3.042.878**
Adição	-	-	-	-	12.913	53	12.966
Transferência	-	-	-	(4)	2	2	-
Baixa	-	-	-	(252)	-	-	(252)
Depreciação	(22.633)	-	(2.865)	(1.983)	-	(53)	(27.534)
Saldo em 31/03/2019	**2.550.032**	**78.658**	**169.401**	**104.096**	**118.320**	**7.551**	**3.028.058**
Custo	2.886168	78.658	212.341	128.326	118.320	9.481	3.433.294
Depreciação acumulada	(336.136)	-	(42.940)	(24.230)	-	(1.930)	(405.236)
Saldo em 31/03/2019	**2.550.032**	**78.658**	**169.401**	**104.096**	**118.320**	**7.551**	**3.028.058**

	Consolidado						
	Instalações Portuárias	**Terrenos**	**Edificações , benfeitorias e instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Obras em andamento**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31/12/2017	**2.433.180**	**77.658**	**177.278**	**108.904**	**114.622**	**22.597**	**2.934.239**
Adição	-	-	10	171	14.466	311	14.958
Transferência	36.133	-	5.806	1.312	(42.826)	(425)	-
Baixa	-	-	-	(118)	-	-	(118)
Depreciação	(22.093)	-	(2.876)	(1.872)	-	(59)	(26.900)
Saldo em 31/03/2018	**2.447.220**	**77.658**	**180.218**	**108.397**	**86.262**	**22.424**	**2.922.179**
Custo	2.693.212	77.658	211.638	124.818	86.262	24.152	3.217.740
Depreciação acumulada	(245.992)	-	(31.420)	(16.421)	-	(1.728)	(295.561)
Saldo em 31/03/2018	**2.447.220**	**77.658**	**180.218**	**108.397**	**86.262**	**22.424**	**2.922.179**

	Controladora						
	Instalações portuárias	**Terrenos**	**Edificações , benfeitorias e instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Obras em andamento**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31/12/2018	**2.573.498**	**68.972**	**172.265**	**106.119**	**103.951**	**7.529**	**3.032.334**
Adição	-	-	-	-	12.830	54	12.884
Transferência	-	-	-	1	-	(1)	-
Baixa	-	-	-	(263)	-	-	(263)
Depreciação	(22.633)	-	(2.865)	(1.978)	-	(53)	(27.529)
Saldo em 31/03/2019	**2.550.865**	**68.972**	**169.400**	**103.879**	**116.781**	**7.529**	**3.017.426**
Custo	2.887.001	68.972	212.341	128.096	116.781	9.460	3.422.651
Depreciação acumulada	(336.136)	-	(42.941)	(24.217)	-	(1.931)	(405.225)
Saldo em 31/03/2019	**2.550.865**	**68.972**	**169.400**	**103.879**	**116.781**	**7.529**	**3.017.426**

	Controladora						
	Instalações Portuárias	**Terrenos**	**Edificações , benfeitorias e instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Obras em andamento**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31/12/2017	**2.433.181**	**67.972**	**177.276**	**108.861**	**114.220**	**22.574**	**2.924.084**
Adição	-	-	10	160	14.458	311	14.939
Transferência	36.133	-	5.806	1.312	(42.826)	(425)	-
Baixa	-	-	-	(118)	-	-	(118)
Depreciação	(22.086)	-	(2.875)	(1.871)	-	(58)	(26.890)
Saldo em 31/03/2018	**2.447.228**	**67.972**	**180.217**	**108.344**	**85.852**	**22.402**	**2.912.015**
Custo	2.693.218	67.972	211.639	124.764	85.852	24.129	3.207.574
Depreciação acumulada	(245.990)	-	(31.422)	(16.420)	-	(1.727)	(295.559)
Saldo em 31/03/2018	**2.447.228**	**67.972**	**180.217**	**108.344**	**85.852**	**22.402**	**2.912.015**

Obras em andamento

Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de março de 2019, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção, é composto por obras complementares de infraestrutura geral no valor de R$116.781 (R$103.951 em 31 de dezembro de 2018).

Na controlada Águas Industriais do Açu o saldo de obras em andamento é de R$1.539 (R$1.454 em 31 de dezembro de 2018) referente a gastos com projetos para o sistema de águas do porto.

Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes ("impairment")

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração revisa, trimestralmente, indicativos de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A Companhia considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem de containers, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma única UGC Industrial Hub/T-Mult. Em 31 de março 2019, na revisão dos testes de recuperabilidade dessa UGC, a Administração analisou os indicadores macroeconômicos, situação organizacional atual da Companhia e constatou que não houve nenhuma alteração relevante nas premissas utilizadas em testes anteriores, portanto não há indicativos de perda ou reversões a serem reconhecidas.

Em 31 dezembro de 2018, a Companhia refez o teste de *impairment* verificou a necessidade de reversão parcial da provisão no valor de R$156.870 da perda já constituida, conforme tabela abaixo:

Consolidado (BR GAAP)

	2018			2017
Ativos ou unidade geradora de caixa	**Valor contábil (a)**	**Valor em uso**	**Impairment**	**Impairment**
Industrial Hub/T-Mult	4.409.890	4.315.594	(94.296)	(257.236)

Consolidado (IFRS)

	2018			2017
Ativos ou unidade geradora de caixa	**Valor contábil (a)**	**Valor em uso**	**Impairment**	**Impairment**
Industrial Hub/T-Mult	4.373.978	4.315.594	(58.384)	(215.253)

(a) O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível e diferido, propriedades para investimento e debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros) e sem o efeito de provisões de *impairment*.

Movimentação da provisão

	31/12/2018	Adições	Reversão (a)	31/03/2019
Industrial Hub/T-Mult	(94.296)	-	1.517	(92.779)
Pedreira Sapucaia	(16.684)	-	-	(16.684)
	(110.980)	**-**	**1.517**	**(109.463)**

	31/12/2017	Adições	Reversão (a)	31/12/2018
Industrial Hub/T-Mult	(257.236)	-	162.940	(94.296)
Pedreira Sapucaia	(16.684)	-	-	(16.684)
	(273.920)	**-**	**162.940**	**(110.980)**

(a) Reversão de R$1.517 (R$6.070 em 31 de dezembro de 2018) referente a ajuste da provisão de *impairment* devido a amortização do ativo diferido no 1º trimestre de 2019 e R$156.870 no ativo imobilizado referente a reversão resultante do teste de impairment realizado no exercício de 2018.

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos realizada em 31 de dezembro de 2018 a Companhia utilizou-se o valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração, que consideraram:

- Revisão dos cenários para a UGC conforme planos de negócios, considerando tanto receitas futuras projetadas quanto os contratos já firmados com clientes, com destaque para os contratos de locação de área com a Edison Chouest e os contratos de locação de área que estão sendo negociados com a GNA.

- Cenário macroeconômico do país;

- Período do fluxo de caixa de 22 anos, uma vez que a Companhia se encontra em operação, e a maioria dos contratos existentes e previstos são de longo prazo, assim como o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura;

- Taxa de desconto efetiva "*rolling* WACC" que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada é 11,74% a 16,90% (11,62 a 12,93% em 31 de dezembro de 2017) em termos nominais, baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital ("*Rolling* WACC"); e

- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,77% a.a..

Na avaliação do valor recuperável, a Companhia também mensurou o valor justo menos as despesas de alienação da UGC *Industrial Hub*/*T-Mult*, conforme CPC 01, e verificou que o valor em uso é superior ao valor justo menos despesas de alienação. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia realizou teste de *impairment* dos ativos no mesmo período.

18 Intangíveis

		Controladora		Consolidado	
	Taxa anual de amortização (%)	**31/03/2019**	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
Licença de uso de software	20	2.452	2.467	2.545	2.559
Implantação de sistemas (c)		1.670	1.573	1.670	1.573
Outros		44	44	44	44
		4.166	**4.084**	**4.259**	**4.176**

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos bens intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* da UGC Industrial Hub/T-Mult mencionados na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado.

19 Direito de Uso / Passivo de Arrendamento

A IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A movimentação em 2019 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo, refere-se ao fornecedor RB Capital Securitizadora S.A. relacionado à ativo imóvel, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Saldo 01 jan-19	**Amortização**	**Pagamentos**	**Juros apropriados**	**Saldo 31 mar-19**
Ativos					
Ativo Direito de uso - Imóveis	3.005	(250)	-	-	2.755
Total do ativo	**3.005**	**(250)**	**-**	**-**	**2.755**
Passivos					
Passivo arrendamento	(1.415)	-	281	-	(1.134)
(-) Ajuste a valor presente	92	-	-	(31)	61
Passivo arrendamento CP	**(1.323)**	**-**	**281**	**(31)**	**(1.073)**
Passivo arrendamento	(2.091)	-	-	-	(2.091)
(-) Ajuste a valor presente	409	-	-	-	409
Passivo arrendamento LP	**(1.682)**	**-**	**-**	**-**	**(1.682)**
Total do passivo	**(3.005)**	**-**	**281**	**(31)**	**(2.755)**

(*) Taxa de desconto utilizada 10,6%.

Após a análise da aderência da norma IFRS 16 - a Companhia identificou apenas contratos de natureza de imóvel como sendo aderente a esta norma.

20 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Clientes - Cessão do direito real de superfície				
NFX	987	989	987	989
	987	**989**	**987**	**989**
Clientes - Serviços portuários				
Açu Petróleo	51	-	51	-
	51	**-**	**51**	**-**
Outros valores a receber - Notas de crédito				
Açu Petróleo	254	2.106	254	2.106
Águas Industriais do Açu	60	32	-	-
Reserva Ambiental	4	-	-	-
Prumo Logística	302	-	302	-
Consorcio Dome Serviços Integrados	4.132	4.713	4.132	4.713
Gás Natural Açu	1.218	1.181	1.218	1.181
Gás Natural Açu Infra	302	244	302	244
UTE GNA I	269	165	269	165
UTE GNA II	4	-	4	-
Total outras contas a receber - curto prazo	**6.545**	**8.441**	**6.481**	**8.409**
Créditos a receber LP - Venda de ativos				
Açu Petróleo Investimentos (a)	**546.416**	**531.951**	**546.416**	**531.951**

(a) Refere-se à transação de venda de ativos para a empresa Açu Petróleo Investimentos, controlada da empresa Prumo. Em 12 de outubro de 2018 foi amortizado R$20.000 da dívida. Os recebimentos da Porto do Açu estão vinculados ao fluxo de recebimento de dividendos da Açu Petróleo pela Açu Petróleo Investimentos. O saldo está sujeito à taxa média ponderada das projeções de IPCA, TJLP e SELIC, a partir do exercício de 2016 e seu prazo máximo para a quitação está vinculado à liquidação financeira do Contrato de Repasse de Recursos do BNDES em 2003 (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) assinado entre Porto do Açu e os Bancos Repassadores Bradesco e Santander em 10 de agosto de 2015.

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Contas a pagar - Notas de débito				
Prumo	1.657	1.048	1.676	1.062
Pedreira	154	154	-	-
Porto de Antuérpia	3.939	3.769	3.939	3.769
Águas Industriais do Açu	801	678	-	-
Açu Petróleo	-	971	-	971
Total - curto prazo	**6.551**	**6.620**	**5.615**	**5.802**
Outros passivos financeiros				
Mútuo Prumo - Longo prazo	**509.580**	**509.580**	**509.580**	**509.580**

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Receitas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receitas de cessão do direito real de superfície				
NFX	2.960	2.905	2.960	2.905
Ferroport	-	-	-	102
	2.960	**2.905**	**2.960**	**3.007**
Receita - Subcontratação BG				
Açu Petróleo	-	28.114	-	28.114
Atualização monetária - Venda de ativos				
Açu Petróleo Investimentos	14.465	13.465	14.465	13.465
	17.425	**44.484**	**17.425**	**44.586**

	Custos/Despesas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Despesas:				
Porto de Antuérpia - Consultoria	(2.229)	-	(2.229)	-
Custos:				
Açu Petróleo - Serviços portuários (Subcontratação)	(71)	(25.706)	(71)	(28.114)
Águas Industriais - Fornecimento de água	(123)	-	-	-
	(2.423)	**(25.706)**	**(2.300)**	**(28.114)**

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**
Diretores		
Salários	421	1.183
Pró-labore	834	1.999
Bônus	36	2.479
Benefícios e Encargos	395	1.301
	1.686	**6.962**

21 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					
	31/03/2019					31/12/2018
	Vencimento	**Taxas em %**	**Principal**	**Juros e atualização**	**Total**	**Total**
Instituições						
BNDES (Repassadores) (i)	15/09/2033	Selic + 4,96%	1.054.037	5.685	1.059.722	1.031.767
BNDES (Repassadores) (ii)	15/09/2033	TJLP + 4,70%	2.345.500	29.323	2.374.823	2.310.949
(-) Custo de transação (i) a (ii)	-		(236.935)	-	(236.935)	(241.272)
Debêntures (iii)	15/09/2033	IPCA + 6,97% a.a.	1.652.576	4.426	1.657.002	1.610.707
(-) Custo de transação (iii)	-		(6.903)	-	(6.903)	(6.787)
Terex (v)	23/08/2020	Euro + 4,10% a.a.	3.395	125	3.520	4.399
			4.811.670	**39.559**	**4.851.229**	**4.709.763**
Circulante			482.481	125	482.606	304.878
Não circulante			4.329.189	39.434	4.368.623	4.404.885

A Porto do Açu possui financiamentos específicos para captação de recursos com intuito de desenvolvimento de seus projetos. Em 31 de março de 2019, o custo médio de captação para financiamentos em reais é de 11,4% ao ano e em euros é de + 4,1% ao ano.

(i), (ii) e (iii) Em 2019 não houve pagamento de serviço da dívida para o Contrato de Repasse e para a Escritura de Debêntures Simples. Ambos os contratos estão ainda dentro do período de carência estabelecido em contrato, que se encerrará em agosto de 2019.

(iv) Em 23 de fevereiro de 2019, a Porto do Açu realizou o pagamento da sétima parcela de juros e amortização do contrato com a Terex, no valor de EUR 302,49, sendo EUR 280 de amortização e EUR 23 de juros.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da Porto do Açu

A Prumo Logistica S/A é interveniente garantidora, enquanto a EIG LLX Holdings S.A R.L e a EIG Enegy XV Holdings (Flame), LLC são interveniente anuente, para os seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açu:

- Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, no montante de R$3.399.537 em 31 de março de 2019 (R$3.306.964 em 31 de dezembro de 2018); e

- Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R$1.652.576 em 31 de março de 2019 (R$1.606.835 em 31 de dezembro de 2018), sendo todo o crédito suportado pela fiança da Prumo, além de pacote de garantias elencadas a seguir.

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander ("Repassadores"), são as seguintes:

(i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara;

(ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo;

(iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu;

(iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos;

(v) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças;

(vi) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis;

(vii) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas;

(viii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios;

(ix) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio);

(x) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara);

(xi) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC; e

(xii) Commitment for Additional Funding (Compromisso para Financiamento Adicional).

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açu, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador e principal pagador de todas as obrigações contraídas pelo Porto do Açu, conforme os termos da escritura de emissão, enquanto vigorar este instrumento. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nas escrituras de financiamento.

Com relação as garantias dadas à Terex MHPS GmbH pelo financiamento do guindaste, a operação é assegurada pela Euler Hermes, uma Agência de Crédito a Exportação alemã voltada para crédito de exportação. Além disso, o contrato de compra e venda do equipamento prevê que a transferência da propriedade à Porto do Açu somente será efetuada após integral pagamento do equipamento.

Cláusulas restritivas (*covenants*)

O contrato de debêntures e os empréstimos com o BNDES estão sujeitos às seguintes cláusulas de *covenants* financeiros a partir das DFs anuais consolidadas :

(i) Dívida líquida/EBITDA

Dívida líquida / EBITDA

2020	< 5,0 x
2021	< 4,0 x
2022	< 3,0 x
A partir de 2023	< 2,0 x

Dívida líquida é definida como sendo o somatório da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Porto do Açu que venha a ser criada, deduzindo-se o caixa e equivalente de caixa e títulos e os valores mobiliários, constantes das demonstrações financeiras consolidadas da Porto do Açu. EBITDA é definido como lucro antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, depreciação e amortização.

(ii) EBITDA/Despesa financeira

EBITDA / Despesa financeira líquida

Entre 2019 e 2020	> 1,5 x
Entre 2021 e 2022	> 3,0 x
A partir de 2023	> 3,5 x

(iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (a) entre 2020 e 2021 superior a 1,2x; e (b) a partir de 2022, superior a 1,3x ("ICSD Mínimo"), conforme fórmula a seguir:

- **ICSD Mínimo =**Caixa Disponível para o Serviço da Dívida (EBITDA-Capital de Giro-Tributos-Capex de manutenção) / Serviço das Dívidas (Amortização+Pagamento de Juros de quaisquer dívidas da Emissora).

A partir de 2020, manter índice "Patrimônio Líquido sobre Ativo Total" superior a 0,15, comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas e parecer expresso de empresa independente registrada na CVM, no período de 12 (doze) meses anteriores à apuração acima referida.

(iv) Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador do projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Açu ou do Interveniente Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interveniente Garantidor do Porto do Açu. A escritura de debêntures autoriza, tão somente, a transferência de ações do Interveniente Garantidor a qualquer terceiro em percentual não superior a 5% (cinco por cento) do capital social total da controladora Prumo.

(v) Obrigações adicionais do Interveniente Garantidor e do Emissor

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuos dentro do limite de R$4.000 anuais. O Interveniente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Controladora / Consolidado						
		Fluxo de Caixa			Efeito não Caixa		
	31/12/2018	Captação / (Liquidação)	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação	31/03/2019
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	4.709.763	**(1.172)**	**(96)**	**(255)**	**138.513**	**4.476**	4.851.229
	4.709.763	(1.172)	(96)	**(255)**	**138.513**	**4.476**	4.851.229

(*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

22 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
ISS	443	492	444	493
PIS/COFINS	114	-	151	59
ICMS	1	31	1	39
IRRF	391	874	393	879
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	142	434	142	434
Imposto de renda e contribuição social("IRPJ e CSSL")	-	-	402	1.436
INSS retido de terceiros	262	234	264	235
	1.353	**2.065**	**1.797**	**3.575**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/03/2018**	**31/03/2019**	**31/03/2018**
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(134.787)	(117.350)	(134.391)	(116.875)
Prejuízo das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	-	-	(12)	(118)
Prejuízo líquido ajustado	**(134.787)**	**(117.350)**	**(134.403)**	**(116.993)**
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	45.828	39.899	45.697	39.778
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	280	342	-	-
Outros	1.021	(27)	1.025	(25)
Créditos fiscais não reconhecidos (a)	(47.129)	(40.214)	(47.130)	(40.203)
Total do imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)	-	-	12	(23)
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	**(396)**	**(473)**
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	0,30%	0,40%
Corrente	-	-	(402)	(483)
Diferido	-	-	6	9
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	**(396)**	**(473)**

(a) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10, no período findo em 31 de março de 2019, a Porto do Açu baixou para perda de créditos fiscais o montante de R$46.935, referentes ao imposto diferido ativo apurado no período. Para demais períodos, a Administração irá revisar a recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e, se for o caso, reverter a provisão ou reduzi-la na medida em que a sua realização for provável.

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o período findo em 31 de março de 2019, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

23 Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
Reserva Ambiental Caruara	-	-	1	1
Porto do Açu (*)	24.031	24.622	24.031	24.622
	24.031	**24.622**	**24.032**	**24.623**
Circulante	2.362	2.362	2.363	2.363
Não Circulante	21.669	22.260	21.669	22.260

(*) Referente a valores adiantados pelo cliente Edison Chouest que são apropriados linearmente ao resultado de acordo com contrato.

24 Provisão para contingências

a. Perdas prováveis, provisionadas em nosso balanço

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas são alvo de processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos conforme tabela demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado			
	31/12/2018	**Adições**	**Provisão (Reversão)**	**31/03/2019**
Trabalhistas	866	-	(25)	841
Fiscal	3.884	-	-	3.884
Cível	4.000	-	-	4.000
	8.750	**-**	**(25)**	**8.725**

	Controladora / Consolidado			
	31/12/2017	**Adições**	**Provisão (Reversão)**	**31/12/2018**
Trabalhistas	321	-	545	866
Fiscal	-	3.884	-	3.884
Cível	-	4.000	-	4.000
	321	**7.884**	**545**	**8.750**

- **Trabalhistas:** Diversos processos trabalhistas em causas coletivas;
- **Fiscais:** Principal saldo de R$3.066 refere-se a processo administrativo relativo ao IPTU de 2018;
- **Cíveis:** R$4.000 refere-se ao processo judicial de pleito do fornecedor Pratika Engenharia.

b. Perdas possíveis, não provisionadas em nosso balanço

O Grupo tem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**
Fiscais	4.368	7.351
Trabalhistas	8.194	6.854
Cíveis	13.331	13.459
	25.893	**27.664**

Em 31 de março de 2019, os principais processos de perdas possíveis para o Grupo, são os que seguem:

- **Processos trabalhistas:** as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas "intinere", pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas.

- **Processos fiscais:** os processos mais significativos estão relacionados aos questionamentos de autoridades tributárias brasileiras sobre a cobrança de adicional de Imposto Territorial Rural ("ITR") na área da Fazenda Caruara e processos nos quais se questiona a cobrança de ISS e IOF totalizando um montante aproximado de R$8.194.

- **Processos cíveis:** tratam-se de demandas judiciais que se referem a ações de indenizações e cobranças no contexto de contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços, etc., que somam um montante total de aproximadamente R$12.206.

- **Processos ambientais:** tratam-se de ações civis públicas ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais na construção do empreendimento Porto do Açu. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	31/03/2019		31/12/2018	
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias (mil)**	**%**	**Quantidade de ações ordinárias (mil)**	**%**
Prumo Logística S.A.	2.036.821	97,67	2.036.821	98,82
Port of Antwerp International N.V.	48.527	2,33	24.232	1,18
	2.085.348	**100,00**	**2.061.053**	**100,00**

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento de capital, pela Port of Antwerp International N.V., da Companhia mediante a emissão de 24.232 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1,33 por ação. Do valor total do preço de emissão, R$24.232 são destinados à conta do capital social da Companhia e R$8.081 são destinados a reserva de capital da Companhia.

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 8 de fevereiro de 2019, foi aprovado o aumento de capital, pela Port of Antwerp International N.V., da Companhia mediante a emissão de 24.295 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1,48 por ação. Do valor total do preço de emissão, R$24.295 são destinados à conta do capital social da Companhia e R$12.058 são destinados a reserva de capital da Companhia.

b. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no exercício tendo em vista o prejuízo apurado.

26 Receita líquida

Os principais contratos da Companhia estão relacionados ao aluguel da retroárea e serviços portuários.

Os efeitos da adoção do CPC 47/IFRS 15 sobre as receitas de contratos com clientes do Grupo não foram relevantes conforme descrito na Nota explicativa 4 - Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores e períodos de reconhecimento sujeitos a demandas futuras, variações na taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/03/2018**	**31/03/2019**	**31/03/2018**
Receita bruta				
Cessão direito real de superfície	32.173	32.177	32.173	32.279
Serviços de transbordo de petróleo (*)	-	28.114	-	28.114
Serviços portuários	18.041	17.586	18.041	17.586
Serviço de transporte	-	7.851	-	7.851
Fornecimento de água	-	-	1.373	1.637
Comissões sobre faturamento de terceiros	-	148	-	148
Pátio de triagem	-	500	-	500
Serviços ambientais	-	-	1	-
Total receita bruta	**50.214**	**86.376**	**51.588**	**88.115**
Imposto sobre receita (Pis/Cofins/ISS/ICMS)	(4.900)	(10.201)	(5.038)	(10.361)
Receita líquida	**45.314**	**76.175**	**46.550**	**77.754**

(*) Contrato para a operação de transbordo de petróleo firmado entre, Porto do Açu, Açu Petróleo e BG E&P Brasil Ltda. ("Shell") entre junho de 2015 a maio de 2018 até cessão da transferência de todas as licenças e autorizações relacionadas à operação desse terminal pela Açu Petróleo, controlada da empresa Prumo.

Os ativos de contratos relacionam-se principalmente aos direitos do Grupo a contraprestação pelo trabalho concluído. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

27 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/03/2018**	**31/03/2019**	**31/03/2018**
Salários e encargos	(4.328)	(4.249)	(4.489)	(4.359)
Serviços de terceiros	(4.734)	(10.508)	(4.750)	(10.515)
Aluguéis e arrendamentos	(287)	(543)	(294)	(542)
Depreciação e amortização	(27.114)	(26.453)	(27.119)	(26.455)
Seguros diversos	(886)	(1.369)	(892)	(1.369)
Serviços portuários	(71)	(25.706)	(71)	(25.706)
Custos diversos	(1.055)	(839)	(963)	(834)
	(38.475)	**(69.667)**	**(38.578)**	**(69.780)**

28 Despesas administrativas

A Companhia apresenta as despesas administrativas por natureza, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/03/2018**	**31/03/2019**	**31/032018**
Salários e encargos	(11.333)	(7.502)	(11.362)	(7.533)
Honorários da Administração (*stock options*)	-	(54)	-	(34)
Serviços de terceiros	(3.722)	(1.607)	(3.736)	(1.685)
Material de consumo	(23)	(18)	(23)	(18)
Viagens e estadias	(476)	(374)	(476)	(374)
Impostos e taxas	(92)	(75)	(103)	(82)
Depreciação e amortização	(1.947)	(2.004)	(429)	(486)
Amortização direito de arrendamento (Vide Nota19)	(250)	-	(250)	-
Representações e eventos	(185)	(124)	(185)	(124)
Despesas diversas	(761)	(746)	(774)	(767)
	(18.789)	**(12.504)**	**(17.338)**	**(11.103)**

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/03/2018**	**31/03/2019**	**31/03/2018**
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(43)	(41)	(46)	(44)
IOF	(47)	(82)	(47)	(82)
Corretagem e comissões	(4.480)	(4.384)	(4.480)	(4.384)
Juros sobre empréstimos (*)	(97.391)	(87.863)	(97.391)	(87.863)
Juros e multas	(7)	(14)	(7)	(14)
Despesas de arrendamento (Vide Nota19)	(31)	-	(31)	-
Atualização monetária (**)	(40.787)	(34.233)	(40.787)	(34.233)
Outras despesas financeiras	(1.529)	(163)	(1.536)	(163)
	(144.315)	**(126.780)**	**(144.325)**	**(126.783)**
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	1.220	287	1.385	450
Juros ativos	203	380	208	388

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	**31/03/2018**	**31/03/2019**	**31/03/2018**
Atualização monetária - partes relacionadas	14.465	12.791	14.465	12.785
Outras receitas financeiras	80	43	80	42
	15.968	**13.501**	**16.138**	**13.665**
Resultado financeiro líquido	**(128.347)**	**(113.279)**	**(128.187)**	**(113.118)**

(*) Juros sobre empréstimos de R$(70.634) com BNDES, R$(26.701) sobre debêntures e R$(56) outros;

(**) Atualização monetária de R$(21.194) sobre empréstimo com BNDES e R$(19.593) sobre debêntures.

30 Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A Porto do Açu utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos relatáveis.

Segmento Administração de Retroárea (Industrial Hub & T-Mult)

Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do Porto do Açu para diversos empreendimentos industriais, principalmente para empresas ligadas ao setor petroleiro. O Porto do Açu compreende 13.000 hectares, dos quais 441 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas do segmento de Óleo e Gás.

A operação no *T-Mult*, localizado no T2 e incluído neste segmento, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem no porto e transporte rodoviário de diversos produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e de outras cargas, bem como à atracação de plataformas de petróleo.

Fornecimento de Água

Fornecimento de água para fins industriais aos clientes instalados no Complexo Industrial do Porto do Açu.

Outros

Refere-se às demais empresas controladas pela Porto do Açu, inclusive empresas não operacionais, são elas: Pedreira Sapucaia, G3X, GSA, Reserva Ambiental Caruara e SNF.

Demonstração do resultado por segmento - período findo em 31 de março de 2019 e 2018:

	31 de março de 2019				
	Industrial Hub & T-Mult	**Fornecimento de Água**	**Outros**	**Ajustes e eliminações**	**Consolidado**
Receita de aluguel e prestação de serviços	45.314	1.357	2	(123)	46.550
Custo dos serviços prestados	(38.475)	(225)	(1)	123	(38.578)
Resultado bruto	**6.839**	**1.132**	**1**	**-**	**7.972**
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	(18.789)	(42)	(24)	1.517	(17.338)
Reversão (Provisão) ao valor recuperável de ativos ("*impairment*")	1.517	-	-	(1.517)	-
Provisão para perda - Depósitos restituíveis	3.879	-	-	-	3.879
Provisão para perda sobre recebíveis	49	(6)	(1)	-	42
Outras receitas	524	-	-	-	524
Outras despesas	(1.283)	-	-	-	1.283
Resultado de equivalência patrimonial	**824**	**-**	**-**	**(824)**	**-**
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**(6.440)**	**1.084**	**(24)**	**(824)**	**(6.204)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	15.968	-	170	-	16.138
Despesas financeiras	(144.315)	(1)	(9)	-	(144.325)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(134.787)**	**1.083**	**137**	**(824)**	**(134.391)**
IR e CSLL corrente	-	(369)	(33)	-	(402)
IR e CSLL diferido	-	6	-	-	6
Lucro (prejuízo) líquido do período	**(134.787)**	**720**	**104**	**(824)**	**(134.787)**

	31 de março de 2018				
	Industrial Hub & T-Mult	**Fornecimento de Água**	**Outros**	**Ajustes e eliminações**	**Consolidado**
Receita de aluguel e prestação de serviços	76.175	1.531	98	(50)	77.754
Custo dos serviços prestados	(69.667)	(163)	-	50	(69.780)
Resultado bruto	**6.508**	**1.368**	**98**	**-**	**7.974**
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	(12.504)	(48)	(68)	1.517	(11.103)
Reversão (Provisão) ao valor recuperável de ativos ("*impairment*")	1.517	-	-	(1.517)	-
Provisão para perda sobre recebíveis	(661)	(28)	-	-	(689)
Outras receitas	218	-	-	-	218
Outras despesas	(157)	-	-	-	(157)
Resultado de equivalência patrimonial	**1.008**	**-**	**(13)**	**(995)**	**-**
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**(5.079)**	**1.292**	**17**	**(995)**	**(3.757)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	13.501	-	164	-	13.665
Despesas financeiras	(126.780)	(1)	(2)	-	(126.783)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(117.350)**	**1.291**	**179**	**(995)**	**(116.875)**
IR e CSLL corrente	-	(443)	(40)	-	(483)
IR e CSLL diferido	-	9	-	-	9
Lucro (prejuízo) líquido do período	**(117.350)**	**857**	**139**	**(995)**	**(117.349)**

Ativos e passivos por segmento em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	31 de março de 2019				
	Industrial Hub & T-Mult	**Fornecimento de Água**	**Outros**	**Ajustes e eliminações**	**Consolidado**
Ativo					
Ativo circulante	152.578	11.567	12.218	(1.751)	174.612
Ativo realizável à longo prazo	1.428.867	37	-	-	1.428.904
Investimentos	112.343	-	130	(112.473)	-
Propriedades para investimentos	476.313	-	80.131	-	556.444
Imobilizado	3.017.426	1.764	9.703	(835)	3.028.058
Intangível	4.166	17	76	-	4.259
Direito de arrendamento	2.755	-	-	-	2.755
Total do ativo	**5.194.448**	**13.385**	**102.258**	**(115.059)**	**5.195.032**
Passivo					
Passivo circulante	538.135	1.378	301	(1.750)	538.064
Passivo não circulante	4.930.159	-	484	-	4.930.643
Patrimônio líquido	**(273.846)**	**12.007**	**101.473**	**(113.480)**	**(273.846)**
Acionista minoritário	-	-		171	171
Total passivo e patrimônio líquido	**5.194.448**	**13.385**	**102.258**	**(115.059)**	**5.195.032**

	31 de dezembro de 2018				
	Industrial Hub & T-Mult	**Fornecimento de Água**	**Outros**	**Ajustes e eliminações**	**Consolidado**
Ativo					
Ativo circulante	117.685	11.251	12.204	(1.597)	139.543
Ativo realizável à longo prazo	1.415.184	32	-	(1)	1.415.215
Investimentos	110.705	-	130	(110.835)	-
Propriedades para investimentos	475.086	-	79.864	-	554.950
Imobilizado	3.032.334	1.673	9.706	(835)	3.042.878
Intangível	4.084	17	75	-	4.176
Direito de arrendamento	-	-	-	-	-
Total do ativo	**5.155.078**	**12.973**	**101.979**	**(113.268)**	**5.156.762**
Passivo					
Passivo circulante	365.135	2.365	261	(1.597)	366.164
Passivo não circulante	4.965.355	-	484	-	4.965.839
Patrimônio líquido	**(175.412)**	**10.608**	**101.234**	**(111.842)**	**(175.412)**
Acionista minoritário	-	-	-	171	171
Total passivo e patrimônio líquido	**5.155.078**	**12.973**	**101.979**	**(113.268)**	**5.156.762**

31 Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de compras futuras no valor de R$316.653 (R$302.377 em 31 de dezembro de 2018), que deverão ser cumpridos conforme acordado em contrato.

	Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/2018**
Porto do Açu	313.096	299.147
Águas Industriais	3.176	2.817
Reserva Ambiental Caruara	183	211
Outros	198	202
	316.653	**302.377**

32 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O efeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito em Nota explicativa 4 - Base de preparação e apresentação das demostrações financeiras. Devido ao método escolhido de transição as informações comparativa não foram reapresentadas para refletir o novo requerimento.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados:

	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo amortizado	**Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**	**Valor justo por meio do resultado**
Ativos						
Caixa e bancos	15.021	-	-	1.435	-	-
Aplicações financeiras	55.528	-	-	61.336	-	-
Títulos e valores mobiliários	41.569	-	-	11.317	-	-
Clientes	93.115	-	-	91.776	-	-
Depósitos bancários vinculados	4.283	-	-	4.787	-	-
Depósitos restituíveis	18.332	-	-	18.175	-	-
Outros valores a receber	6.481	-	-	8.409	-	-
Créditos a receber	546.416	-	-	531.951	-	-
Debêntures	659.393	-	-	659.393	-	-
Créditos com terceiros	80.217	-	-	80.201	-	-
Direito sobre arrendamentos	2.755	-	-	-	-	-
	1.523.110	**-**	**-**	**1.468.783**	**-**	**-**
Passivos						
Fornecedores	24.034	-	-	33.108	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.851.229	-	-	4.709.763	-	-
Outras contas a pagar	5.615	-	-	5.802	-	-
Outros passivos financeiros	509.580	-	-	509.580	-	-
Adiantamentos de clientes	24.032	-	-	24.623	-	-
Obrigações com terceiros	19.880	-	-	19.880	-	-
Passivo de arrendamentos	2.755	-	-	-	-	-
	5.437.125	**-**	**-**	**5.302.756**	**-**	**-**

	31/03/2019			31/12/2018		
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**-**	4.851.229	**-**	**-**	4.709.763	**-**
	-	**4.851.229**	**-**	**-**	**4.709.763**	**-**

- **(Nível 1)** Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

- **(Nível 2)** *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

- **(Nível 3)** *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o períodoo em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, através da abordagem de receita apenas para referência, são de R$5.055.783 em 31 de março de 2019 (R$4.918.763 em 31 de dezembro de 2018). Uma parte significativa desse valor consiste em contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos com BNDES, FI-FGTS e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não detinham contratos de instrumentos derivativos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Riscos de Mercado

(i) Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas do Grupo, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos que possam ocasionar esse tipo de exposição.

(ii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 21 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligado ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de março de 2019, 99,9% do endividamento da Companhia estava associado aos índices de moedas locais, sendo 32,5% corrigidos pelo IPCA, 46,6% pela TJLP e 20,8% pela Selic.

Com relação às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açu são corrigidas pelo IGP-M. Os recursos financeiros estão aplicados em um fundo exclusivo da Prumo, no banco Bradesco, com política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, com indexação a CDI e com previsão de liquidez diária.

(iii) Risco de taxa de juros

Com relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TJLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo do Grupo Porto do Açu e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco especifico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhões de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros

	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
Descrição	**31/03/2019**	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**	**31/03/2019**	**31/12/2018**
BNDES (Selic e TJLP)	7.244.001	7.423.501	8.787.176	9.021.627	10.376.546	10.668.427
Debêntures (IPCA)	3.589.697	2.085.440	4.492.189	2.608.037	5.394.680	3.130.634
Total	**10.833.698**	**9.508.941**	**13.279.365**	**11.629.664**	**15.771.226**	**13.799.061**

Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes
Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigida pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2027, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe a neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, minimizando o risco em questão.

Risco de Crédito
O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portifólio.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 30 a 45 dias para nossos clientes.

As exposições em cada risco de crédito foram segmentadas por tipo de recebíveis. Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito nos últimos períodos. As taxas de perdas são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de março de 2019. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem Vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	24.034	-	-	-	-	**24.034**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	134.557	346.891	699.423	2.158.545	7.304.135	**10.643.551**
Outros passivos financeiros	-	-	5.615	509.580	-	-	**515.195**
Adiantamentos de clientes	-	-	2.363	21.669	-	-	**24.032**
Obrigações com terceiros	-	-	-	19.880	-	-	**19.880**
Total por faixa de prazo	**-**	**158.591**	**354.869**	**1.250.552**	**2.158.545**	**7.304.135**	**11.226.692**

(*) O IPCA projetado para o risco de liquidez foi atualizado de 6%a.a. para 4,5%a.a. a partir das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2018. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem Vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	33.108	-	-	-	-	**33.108**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.343	308.740	701.781	2.168.421	7.651.067	**10.831.352**
Outros passivos financeiros	-	-	5.802	509.580	-	-	**515.382**
Adiantamentos de clientes	-	-	2.363	22.260	-	-	**24.623**
Obrigações com terceiros	-	-	-	19.880	-	-	**19.880**
Total por faixa de prazo	**-**	**34.451**	**316.905**	**1.253.501**	**2.168.421**	**7.651.067**	**11.424.345**

33 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são as seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2019	**31/12/ 2018**
Riscos operacionais		
Danos materiais	339.643	325.483
Responsabilidade Civil e por Danos Ambientais	487.317	485.067
Lucros cessantes	211.610	208.464

* * *

Composição de Diretoria

Carlos Tadeu Fraga
Diretor Presidente

Fernando José Ferreira da Mouta
Diretor Financeiro

Ideraldo Luiz Goulart
Diretor

Eduardo Kantz
Diretor

Tessa Major
Diretor

Renato de Souza Vieira
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 103.959/O-5